

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
Âmbar Energia Ltda.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Âmbar Energia Ltda. ("Empresa"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Âmbar Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Empresa e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional de investimentos

Continuidade operacional das Companhias eólicas investidas do Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 as demonstrações contábeis, o Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão possui investimentos em 13 (treze) companhias eólicas originadas do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e a Administração das companhias eólicas tomou ações para readequações dos projetos.

Após a desconstrução da energia reserva vendida em leilão e habilitação dos projetos das companhias eólicas nos próximos leilões de energia, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como, na avaliação das opções mais viáveis para resolução dos atuais quadros nos quais as companhias eólicas se encontram, além de outras considerações. A Administração das companhias eólicas entende que todas essas medidas visam a recuperação dos níveis de retorno dos investimentos, e esforços para manterem as companhias eólicas adequadas as implementações de alternativas viáveis que permitam possível continuidade do processo de implantação dos projetos.

Consequentemente, a continuidade operacional das companhias eólicas dependem do sucesso na avaliação das opções viáveis para resolução dos atuais quadros que se encontram.

As demonstrações contábeis das companhias eólicas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade das companhias eólicas continuarem operando. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase

Acordos firmados pela controladora direta J&F investimentos S.A. e investigações independentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, é de conhecimento público, que em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiu algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que a Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") aderiu a esse Acordo em 21 de setembro de 2017.

A J&F compromete-se além de outras obrigações, também: (i) a implementar medidas que impeçam a prática de ilícitos, realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer às melhores práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados.

Diante desse cenário, o Grupo J&F está cumprindo as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que a Âmbar Energia Ltda. e suas subsidiárias não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração da Âmbar Energia Ltda., em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou em 21 de novembro de 2017 escritório de advocacia independente que, juntamente com os especialistas em perícia forense ("Assessores legais"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos eventos delatados por seu acionista, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo em relação a Âmbar ou se alguns dos membros da Administração ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos atos mencionados.

A referida investigação realizada pelos Assessores legais tem como objetivo verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no referido Acordo. Adicionalmente, eventuais novos fatos ocorridos na Âmbar. Os Assessores legais estão conduzindo revisões de documentações relacionadas aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis. Como resultado desta investigação, os Assessores legais concluíram que até o presente momento não foram identificadas evidências de que a Âmbar, sua atual Administração ou qualquer de seus empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Resolução antecipada do contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobrás

Chamamos atenção a Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis, que em 7 de junho de 2017 a Empresa, recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), diante das informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, ofereceram a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em favor da Empresa em assunto referente ao objeto do Contrato. A Empresa, por meio de sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", junto a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução unilateral pela Petrobrás, e o indébito de valores requeridos a título de indenização. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Parceria público privada

Conforme descrito na Nota Explicativa nº11 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possui gastos com estudos elaborados para atendimento ao chamamento público, que consiste em estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público Privada (PPP) com a Prefeitura de São Paulo. Embora a Administração da Empresa entenda que a mensuração, contabilização e classificação do montante de R\$ 1.976 mil tenha sido efetuada em bases consistentes e conservadoras, somente o vencedor da licitação terá seus custos de elaboração dos projetos ressarcidos nos termos do chamamento público. Consequentemente, a confirmação do vencedor dependerá de decisões das autoridades competentes. A Administração da Empresa não possui expectativa de perdas com este processo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

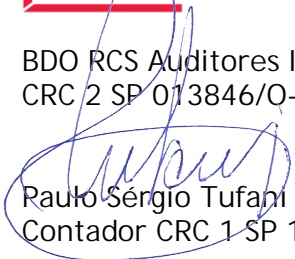


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Sérgio Tufani', is written over the text below. The signature is enclosed in a blue circular stamp.
Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	831	690	27.413	693
Contas a receber	5	48.167	1.168	64.912	1.182
Estoques		-	1.694	2.707	2.737
Almoxarifado	6	16.618	16.833	16.633	16.853
Outros ativos destinados à venda	7	-	-	8.443	-
Tributos e contribuições a compensar	8	27.182	22.293	28.236	22.678
Ativo financeiro de concessão	10	-	-	66.575	-
Outros ativos circulantes	11	27.471	3.437	36.838	4.582
		120.269	46.115	251.757	48.725
Não Circulante					
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	1.079.506	-
Partes relacionadas	9	263.637	85.100	263.637	199.488
Depósitos, cauções e outros		6.948	6.955	6.982	7.059
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	12.346	8.065	35.790	13.983
Outros ativos não circulantes	11	27.457	-	42.921	-
Investimentos e ágios	12	1.971.527	399.937	416.456	158
Imobilizado	13	228.498	250.568	285.306	283.076
Intangível	14	58	49	632.650	399.866
		2.510.471	750.674	2.763.248	903.630
Total do Ativo		2.630.740	796.789	3.015.005	952.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	56.487	-
Fornecedores	16	80.869	4.816	85.838	6.820
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	17.249	2.346	27.299	2.691
Partes relacionadas	8	1.860	-	-	-
Outros passivos circulantes	19	17.059	10.146	21.336	10.146
		117.037	17.308	190.960	19.657
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	232.778	-
Partes relacionadas	9	368.230	303.455	498.813	501.113
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	-	-	5.547	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4.603	-	84.559	1.339
Provisão para riscos processuais e fiscais	20	1.469	2.859	6.416	3.573
Provisão para perda com investimentos	12	156.572	46.029	-	-
		530.874	352.343	828.113	506.025
Patrimônio Líquido					
Capital social	21	2.139.195	1.137.411	2.139.195	1.137.411
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	101.828	-	101.828	-
Transações de capital	12	(1.688)	-	(1.688)	-
Reserva especial de ágio na incorporação	21	8.013	8.065	8.013	8.065
Prejuízos acumulados		(266.032)	(718.338)	(266.032)	(718.338)
Outros resultados abrangentes	21	1.513	-	1.513	-
Participação dos não controladores		-	-	13.103	(465)
		1.982.829	427.138	1.995.932	426.673
Total do Passivo		2.630.740	796.789	3.015.005	952.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional líquida	22	255.966	49.714	508.553	49.741
Custo operacionais	23	(208.979)	(100.940)	(260.331)	(109.237)
Lucro (prejuízo) bruto		46.987	(51.226)	248.222	(59.496)
Despesas administrativas e gerais	23	(35.916)	(33.768)	(47.326)	(34.520)
Outras receitas	23	740	-	843	-
		(35.176)	(33.768)	(46.483)	(34.520)
Resultado operacional		11.811	(84.994)	201.739	(94.016)
Resultado financeiro					
Receita financeira	24	4.688	10.639	27.581	26.720
Despesa financeira	24	(6.987)	(12.864)	(28.427)	(54.286)
		(2.299)	(2.225)	(846)	(27.566)
Resultado de equivalência patrimonial	12	361.320	(28.896)	54.972	-
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		370.832	(116.115)	255.865	(121.582)
IRPJ e CSLL corrente	18	(3.288)	-	(9.879)	-
IRPJ e CSLL diferido	18	84.762	-	209.833	5.177
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		452.306	(116.115)	455.819	(116.405)
Atribuído a:					
Participação dos controladores		452.306	(116.115)	452.306	(116.115)
Participação dos não controladores		-	-	3.513	(290)
		452.306	(116.115)	455.819	(116.405)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	452.306	(116.115)	455.819	(116.405)
Equivalência patrimonial sobre ganhos abrangentes de coligadas	(1.971)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.971)	-
Ajustes acumulados de conversão	3.484	-	3.484	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
	<u>453.819</u>	<u>(116.115)</u>	<u>457.332</u>	<u>(116.405)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da empresa	453.819	(116.115)	453.819	(116.115)
Não controladores	-	-	3.513	(290)
	<u>453.819</u>	<u>(116.115)</u>	<u>457.332</u>	<u>(116.405)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Transações de capital</u>	<u>Reserva especial de ágio</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Lucros/ (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido dos sócios da controladora</u>	<u>Participação acionistas não controladores</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	640.027	-	-	-	-	(602.223)	37.804	-	37.804
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(116.115)	(116.115)	(290)	(116.405)
Aumento de capital	497.384	-	-	-	-	-	497.384	-	497.384
Reserva especial de ágio na incorporação	-	-	-	8.065	-	-	8.065	-	8.065
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(175)	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.137.411	-	-	8.065	-	(718.338)	427.138	(465)	426.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	452.306	452.306	3.513	455.819
Equivalência patrimonial sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-	-	-	(1.971)	-	(1.971)	-	(1.971)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	3.484	-	3.484	-	3.484
Aumento de capital	1.035.297	-	-	-	-	-	1.035.297	-	1.035.297
Redução de capital	(33.513)	-	-	-	-	-	(33.513)	-	(33.513)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.828	-	-	-	-	101.828	-	101.828
Perda por variação no percentual de participação de controladas	-	-	(1.688)	-	-	-	(1.688)	-	(1.688)
Reserva especial de ágio na incorporação	-	-	-	(52)	-	-	(52)	-	(52)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	10.055	10.055
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.139.195	101.828	(1.688)	8.013	1.513	(266.032)	1.982.829	13.103	1.995.932

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	452.306	(116.115)	455.819	(116.405)
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	22.596	23.108	47.484	37.551
Resultado de equivalência patrimonial e provisão para perdas estimadas com investimentos	(361.320)	28.896	(54.972)	-
Reversão de PIS e COFINS diferidos	-	-	(99.841)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.474)	-	(199.954)	(5.177)
Resultado financeiro líquido	2.299	2.225	846	27.566
Provisão para contingências	3.429	1.202	7.661	1.555
Redução ao valor recuperável de ativo	-	30.118	(18.467)	20.025
Receita de operação e manutenção	-	-	(8.716)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	(97.627)	-
	37.836	(30.566)	32.233	(34.885)
Varição em:				
Contas a receber	(45.912)	343.670	(55.976)	344.060
Estoques e almoxarifado	1.909	600	9.695	728
Impostos a recuperar - circulantes	3.026	31.205	3.008	31.733
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	(23.995)	(1.306)	(70.908)	(1.867)
Ativo financeiro da concessão (saldo a receber)	-	-	58.699	-
Ativo intangível	2	-	2	-
Outros ativos não circulantes	(25.475)	(6.794)	21.535	(6.859)
Fornecedores	72.694	(99.424)	72.719	(98.779)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8.543	(31.336)	11.792	(31.583)
Outros passivos circulantes	6.654	(1.735)	5.103	(1.736)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais - não-circulantes	-	-	(373)	-
Pagamento de contingências	(4.819)	(5.797)	(4.818)	(5.873)
	(7.373)	229.083	50.478	229.824
Varições em ativos e passivos operacionais	(7.373)	229.083	50.478	229.824
Juros pagos	(2.526)	(78)	(16.984)	(68)
Juros recebidos	690	1.290	2.279	1.290
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.833)	-	(5.671)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	23.794	199.729	62.335	196.161

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(398)	(154)	(1.020)	(200)
Adições de ativo intangível	(12)	-	(12)	(1)
Adições nos investimentos em controlada, joint-ventures e subsidiárias	(98.645)	-	(83.593)	-
Caixa de investimento incorporado	2	1	78.632	1
Ativo financeiro da concessão	-	-	(29.152)	-
Outros	-	-	1.234	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(207.906)	(153)	(32.221)	(200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	9.098	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(48.987)	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(33.646)	-
Pagamentos de dividendos não controladores	-	-	(93)	-
Transações com partes relacionadas	7.085	(201.136)	4.438	(198.515)
Redução de capital	(33.513)	-	(33.513)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	101.828	-	101.828	-
Outros	-	-	(2)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	73.712	(201.136)	((2.565))	(198.515)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	(827)	-
Variação líquida no exercício	141	(1.560)	26.720	(2.554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	690	2.250	693	3.247
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	831	690	27.413	693

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita Operacional				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	286.388	54.375	445.290	54.406
Outras receitas	37	369	117	370
	286.425	54.744	445.407	54.776
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(178.368)	(71.887)	(208.293)	(71.980)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.413)	(3.334)	(23.512)	(6.173)
Perda / Recuperação de valores ativos	(79)	(30.155)	83	(30.155)
Outros custos operacionais	-	-	(4.268)	-
	(190.860)	(105.376)	(235.990)	(108.308)
Valor adicionado bruto	95.565	(50.632)	209.417	(53.532)
Depreciação e Amortização	(22.596)	(23.109)	(29.017)	(27.457)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	72.969	(73.741)	180.400	(80.989)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	361.320	(28.896)	54.972	-
Receitas financeiras	4.688	10.639	27.581	26.720
Outras	6	-	12	-
Valor adicionado total a distribuir	438.983	(91.998)	262.965	(54.269)
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	20.533	7.707	27.776	8.592
Benefícios	1.902	1.716	3.034	2.093
FGTS	1.168	359	1.640	430
	23.603	9.782	32.450	11.115
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(43.848)	6.530	(254.507)	1.743
Estaduais	-	-	1	2
Municipais	129	133	130	133
	(43.719)	6.663	(254.376)	1.878
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	6.332	7.467	27.540	48.872
Aluguéis	392	170	1.276	234
Outras	69	35	256	37
	6.793	7.672	29.072	49.143
Remuneração de capitais próprios				
Lucro atribuído aos acionistas controladores	452.306	(116.115)	452.306	(116.115)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	3.513	(290)
	452.306	(116.115)	455.819	(116.405)
Valor adicionado total distribuído	438.983	(91.998)	262.965	(54.269)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

1. Contexto operacional

A Âmbar Energia Ltda. (“Empresa” ou “Âmbar”) foi constituída em 30 de janeiro de 1997 e é parte integrante do Projeto Cuiabá, que também compreende as empresas Gasocidente do Mato Grosso Ltda. (“GOM”) e Gasoriente Boliviano Ltda. (“GOB”). A Empresa tem como objeto social a prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

As atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”). Assim, a Empresa foi autorizada a implantar uma usina termelétrica de ciclo combinado (“Usina”), com duas turbogeradoras a gás, de 167,40 MW cada uma, e uma turbogeradora a vapor de 194,40 MW. As três turbogeradoras totalizavam 529,20 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível o gás natural.

De 2011 a outubro de 2015 a Empresa possuía contrato com a Petrobras de locação e serviços de manutenção e operação da Usina. A partir de 20 de outubro de 2015 a Âmbar iniciou a operação no Mercado de Energia à Curto Prazo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O insumo (Gás Natural) foi adquirido da Petrobras e o contrato ficou vigente até 15 de janeiro de 2015. No ano de 2016 a empresa basicamente não teve geração por decisão gerencial devido a baixa no preço da energia.

No mês de novembro de 2016, a Âmbar Energia Ltda. firmou um contrato interrompível com a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) para fornecimento de gás natural. O contrato tem duração de quatro anos e terminará em 31 de dezembro de 2019.

Em 29 de novembro de 2017, a Âmbar firmou um contrato com a GOM – Gasocidente do Mato Grosso Ltda, de prestação de serviço de transporte extraordinário de gás natural pelo transportador (GOB – Gasoriente Boliviano Ltda) e este tem vigência de 12 meses a contar da data da assinatura.

1.1. Incorporações e alteração da razão social

Em 29 de fevereiro de 2016 a Empresa incorporou a Zetta Lighting com o objetivo de simplificar as estruturas administrativas e operacionais das sociedades, racionalizar e otimizar os resultados, melhorar o gerenciamento dos fluxos financeiros e permitir uma melhor alocação dos recursos disponíveis em benefício dos controladores finais da Empresa. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 497.384. O valor do ágio de investimentos em controladas esperado pela rentabilidade futura da incorporação da Zetta Lighting é de R\$ 429.897, e em 31 de dezembro de 2016 fora reconhecido *impairment* do respectivo ágio no montante de R\$ 30.118.

Em 2 de janeiro de 2017 a Empresa incorporou a Âmbar Participações Energia Ltda. (anteriormente controlada por sua holding a J&F Investimentos S.A.), a incorporada tinha por objetivo investir nos setores de infraestrutura e energia, e em dezembro de 2012 adquiriu 99% das cotas de um fundo de investimento administrado e gerenciado pela REAG Investimentos, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão). Em decorrência desta incorporação, a denominação social da empresa foi alterada de EPE – Empresa Produtora de Energia Ltda. para Âmbar Energia Ltda.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiu algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que a Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") aderiu a esse Acordo em 21 de setembro de 2017.

No Acordo, a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de 10,3 bilhões de reais, durante os próximos 25 (vinte e cinco) anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 (cinco) parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 (vinte e duas) parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, a serem pagas exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfied, e pelos demais fatos mencionados nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F compromete-se também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de ilícitos, realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer às melhores práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados.

Diante desse cenário, o Grupo J&F está cumprindo as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que a Âmbar Energia Ltda. e suas subsidiárias não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

Adiciona-se, ainda, que Empresa em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acordo de Leniência, está em fase de implementação de um programa de integridade, atualmente em fase de estruturação das políticas internas e procedimentos aplicáveis a integridade e anticorrupção, que consistem, numa primeira fase, na definição do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas, e o cronograma de suas implementações, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo de Leniência, conforme certificou expressamente o MPF através de Certidão 567/2018, emitida em 26 de janeiro de 2018 e Certidão 703/2018, emitida em 31 de janeiro de 2018.

Informações relacionadas ao andamento das investigações internas

Em decorrência dos acontecimentos, a administração da Âmbar Energia Ltda, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou em 21 de novembro de 2017 o escritório de advocacia independente Campos Mello Advogados que, juntamente com os especialistas em perícia forense, FTI Consulting Brasil (“Assessores Legais”), iniciaram uma investigação interna relacionada aos eventos delatados por seu acionista, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo em relação a Âmbar ou se alguns dos membros da administração ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos atos mencionados.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente (“Comitê”) para realizar uma investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação, neste contexto, o relatório de status do andamento das investigações internas, apresentado e esse Comitê e por ele aprovado sem ressalvas.

A referida investigação realizada pelos Assessores Legais tem como objetivo verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no referido Acordo de Leniência. Adicionalmente, eventuais novos fatos ocorridos na Âmbar. Os Assessores Legais estão conduzindo revisões de documentações relacionadas aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis. Como resultado desta investigação, os Assessores Legais concluíram que até o presente momento não foram identificadas evidências de que a Âmbar, sua atual administração ou qualquer de seus empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras.

A investigação interna tem sido conduzida com base em um plano de investigação elaborado pelo Campos Mello Advogados, contendo breve histórico do caso, o objeto da investigação, medidas investigativas e cronograma de trabalho. As medidas estabelecidas para a realização da investigação e os respectivos status estão apresentadas e concluídas as etapas de (i) elaboração de plano de ação e cronograma de investigação, (ii), coleta forense de e-mails corporativos, (iii) solicitação e análise de documentos relacionados à investigação, (iv) elaboração de lista de palavras-chave e pesquisas independentes.

Coletas de dados e preservação forenses de documentos corporativos

As coletas forenses de documentos corporativos ocorreram em três locais: (i) na sede da Âmbar em São Paulo/SP; (ii) no escritório da filial localizada em Cuiabá/MT e (iii) na usina termoeletrica também situada em Cuiabá/MT.

Os procedimentos de coletas forenses foram realizados em dois períodos: (i) entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2017, na sede Âmbar em São Paulo/SP, e (ii) entre os dias 11 de dezembro de 2017 e 2 de janeiro de 2018, nas unidades localizadas em Cuiabá/MT. A coleta forense do servidor de e-mails foi concluída na sede do 30º Tabelião de Notas de São Paulo/SP.

Até a presente data, no andamento das investigações foram coletadas fontes de evidências no total de 29 computadores, incluindo desktops e laptops, 23 celulares e outros dispositivos móveis, 6 dispositivos de armazenamento de dados (pen-drives e discos externos), gerando uma coleta total aproximada de 3.760 gigabytes de dados.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Até o presente momento, a investigação não revelou quaisquer práticas de ilicitudes que pudessem ter causados reflexos nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

1.2. Informações gerais sobre a resolução antecipada do contrato da Petrobras

Em 7 de junho de 2017 a Âmbar, recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), diante das informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, ofereceram a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em favor da Sociedade em assunto referente ao objeto do Contrato. A Empresa, através da sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", junto a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução unilateral pela Petrobrás, e o indébito de valores requeridos a título de indenização. Recentemente foi confirmada pela Câmara de Comercio Internacional a composição do tribunal arbitral, estando as partes na fase de comentários sobre a Ata de Missão onde será definido o cronograma do procedimento Arbitral. A assessoria jurídica classifica como "possível" a probabilidade de êxito da ação.

1.3. Principais investimentos e atividades

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado/ País	Participação	% 2017
Gasorient Boliviano (GOB)	Operação de transporte de gás natural através do gasoduto Brasil/Bolívia.	1	Bolívia	Direta	99%
Gasocidente Matogrosso Ltda. (GOM)	Operação de instalação de Transporte de Gás Natural	1	MT	Direta	99%
Fundo de Investimento em Participações Multestratégia Milão (FIP MILÃO)	Fundo de investimento em ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações das investidas com foco no setor de energia.	1	SP	Direta	99%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (FDIC NP Ceres)	Fundo de investimento em renda fixa e créditos performados decorrentes da geração e comercialização de energia elétrica.	1	SP	Indireta	2,66%

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Transmissoras: - São João Transmissora de Energia S.A (SJT) - São Pedro Transmissora de Energia S.A (SPT)	Implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.	2	SP	Indireta	2,08% 1,97%
--	---	---	----	----------	--------------------

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa e suas controladas.

A seguir as principais práticas contábeis, a fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 4 de abril de 2018.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Ativo financeiro da concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Empresa realizou aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida. As regras contábeis vigentes não permitem que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura seja amortizado, entretanto, ele deve ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

É testado anualmente o valor recuperável de seus ativos, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Empresa a perda de valor recuperável material.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Empresa e suas controladas sobre regime do lucro real, reconhecem os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Já as controladas sobre regime do lucro presumido, reconhecem a presunção de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No consolidado, o Imposto de Renda é estimado em conformidade com os regulamentos das jurisdições brasileira e boliviana, onde conduzimos nossos negócios.

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos uma vez que a Administração não consegue determinar com segurança que a realização seja provável. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

3.7. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração utilize-se de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Empresa e suas controladas estão sujeitas a processos natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.8. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação atribuído a transação, ou aquisição, do ativo ou passivo financeiro. A remensuração dos ativos e passivos financeiros ocorre no final de cada período de acordo com a classificação de cada ativo ou passivo financeiro. A Empresa e suas controladas não designaram nenhum derivativo como hedge de fluxo de caixa, e, portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período.

3.9. Conversão de moeda estrangeira

- Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

- Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente e na mutação do patrimônio líquido.

3.10. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

3.11. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e de suas controladas. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Em razão da incorporação ocorrida em 2017 as demonstrações contábeis consolidadas comparativas de 2016, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio, dos fluxos de caixa e dos valores adicionais (informação suplementar), não contemplam os números das empresas incorporadas em 2017.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Empresa. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Os investimentos em controladas, coligadas e outras que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados por equivalência patrimonial

Adotamos como prática, utilizar a equivalência patrimonial no FIP seguindo orientação do CPC 18: “As demonstrações contábeis do investidor devem ser elaboradas utilizando práticas contábeis uniformes para eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes.”

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- i) o montante a ser descontado;
- ii) as datas de realização e liquidação; e
- iii) a taxa de desconto.

3.13. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 2018.

O IFRS 9 *Financial Instruments* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

A outra principal alteração está relacionada ao “*impairment*” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

O IFRS 15 *Revenues from contracts with customers* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Os efeitos do IFRS 9-Financial Instruments e 15-Revenues from Contracts with Customers foram analisados pela Administração da Companhia, concluindo que não existirão impactos significativos, pelos seguintes motivos.

No segmento de geração de energia:

Entende-se que no caso da geração, os tipos de contratos de energia são divididos em:

- a) Ambiente de Contratação Regulada - ACR;
- b) Ambiente de Contratação Livre -ACL e;
- c) Mercado de curto prazo, onde a térmica se enquadra desde o ano de 2015.

Todos os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado - tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR como no Ambiente de Contratação Livre - ACL devem ser registrados na CCEE, que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Assim, o Mercado de Curto Prazo pode ser definido como o segmento da CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. Não existem contratos formais, ocorrendo a contratação multilateral, conforme as Regras de Comercialização, de forma que a receita deve ser reconhecida no momento da geração da energia.

No setor de transmissão de energia:

- Devido a operação ser caracterizada por uma obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo, de forma que a receita de construção deve ser reconhecida ao longo da execução da obra (atendendo ao POC);
- Que a receita financeira deve incidir desde o momento do primeiro custo incorporado ao ativo financeiro, já que a operação deve ser avaliada como um todo, e que estas operações são mantidas com objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão;
- Entende-se que no caso da transmissão, existe um único cliente que é o Poder Concedente, com um contrato de concessão, que gera dois serviços: Construção e O&M, não configurando um risco para constituição de PCLD.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem, basicamente, em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	33	690	15.287	693
Aplicações financeiras - CDB	798	-	12.126	-
	831	690	27.413	693

5. Contas a receber

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Empresa e da suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Os montantes a receber das concessionárias e permissionárias referem-se a parcela da receita anual permitida (RAP) faturada mensalmente conforme determinação da ONS – Operador Nacional do Sistema.

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
A vencer				
Clientes nacionais	46.307	-	52.380	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	10.202	-
Vencidos				
Clientes nacionais	1.860	1.168	1.860	1.182
Concessionárias e permissionárias	-	-	470	-
	48.167	1.168	64.912	1.182

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Abaixo a composição das contas a receber por idade de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Duplicatas a vencer	46.307	-	62.582	-
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	1.168	263	1.180
De 31 a 60 dias	-	-	1	1
Acima de 90 dias	1.860	-	2.066	1
	<u>48.167</u>	<u>1.168</u>	<u>64.912</u>	<u>1.182</u>

6. Almoxarifado

Composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção das turbinas da Usina.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Almoxarifado	16.618	16.833	16.633	16.853
	<u>16.618</u>	<u>16.833</u>	<u>16.633</u>	<u>16.853</u>

7. Outros ativos destinados à venda

Valor referente a bens sobressalentes das controladas São João Transmissora S.A. e São Pedro Transmissora S.A., transferidos para o almoxarifado no momento da entrada em operação da SJT e entrada em operação parcial da SPT. Este saldo não foi considerado como ativo financeiro, por ter em sua composição itens de acomodação, estruturas temporárias de administração e itens de linha branca que não fazem parte da construção, portanto não pertenciam à concessão e as Companhias, após conclusão das obras, destinou-os à venda.

	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2017</u>
Outros ativos destinados à venda	8.443
	<u>8.443</u>

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

8. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	6.501	-	6.605	-
IPI	-	-	-	127
PIS e COFINS	4.827	3.057	4.892	3.486
IRRF/IRPJ a recuperar	14.616	14.149	15.498	13.883
Outros	1.238	5.087	1.241	5.182
	27.182	22.293	28.236	22.678

- **ICMS:** refere-se ao Imposto sobre Circularização de Mercadoria e Prestações de Serviços, incidente na compra do gás no período de Dez/2015 a Fev/2016.
- **PIS e COFINS:** R\$ 4.013 referente a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurado pela empresa, incidente sobre as aquisições de bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica, gás natural, aluguéis e outros permitidos pela legislação, utilizados na geração do produto vendido e R\$ 813 referente retenções do cliente Furnas, as quais foram solicitadas restituições para RFB.
- **IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica:** R\$10.658 refere-se a Saldo Negativo de IRPJ a recuperar, gerado na apuração por estimativa de impostos pagos em 2017 por antecipações. R\$ 117 refere-se a IRRF retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras do banco Santander e Original.
- **CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** R\$ 3.840 Refere-se a Saldo Negativo de CSLL a recuperar, gerado na apuração por estimativa de impostos pagos em 2017 por antecipações.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Empresa e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas:

	Vencimento	Controladora					
		Ativo		Passivo		Efeito no resultado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
J&F (a)	15.06.18	263.635	85.100	-	-	-	-
FDIC NP Ceres (c)	-	-	-	(280.670)	(280.670)	-	-
GOM (b)	-	-	-	(87.560)	(20.485)	-	-
Âmbar Participações	-	-	-	-	(2.300)	-	-
SJT (d)	-	-	-	(930)	-	-	-
SPT (d)	-	-	-	(930)	-	-	-
Futura Venture Capital	2	-	-	-	-	-	-
		263.637	85.100	(370.090)	(303.455)		

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

	Vencimento	Consolidado					
		Ativo		Passivo		Efeito no resultado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
J&F	15.06.18	263.635	85.100	-	-	-	-
GOM x J&F		-	-	-	-	-	-
FIDC NP Ceres Âmbar		-	-	(498.813)	(498.813)	-	-
Participações		-	-	-	(2.300)	-	-
GOB		-	114.388	-	-	-	2.984
Futura Venture Capital		2	-	-	-	-	-
		263.637	199.488	(498.813)	(501.113)	-	2.984

(a) Em 15 de junho 2016 foi celebrado um contrato de conta corrente entre Âmbar e J&F Investimentos S.A no valor de R\$ 140.000 por um período de 24 meses sem geração de juros. Em 11 de maio de 2017, foi firmado o primeiro termo aditivo de conta corrente entre J&F Investimentos S.A. e esta Empresa, onde as partes decidem majorar o termo para R\$ 500.000.

(b) Montante composto principalmente por R\$ 66.167 relativos aos créditos tributários cedidos pela GOM à JBS (R\$ 77.184 avaliado a valor de mercado), com vencimento em 01 de maio de 2018, de acordo com o Termo de Conta Corrente datado de 01 de maio de 2017 (vide detalhamento na nota explicativa 17, item b) e R\$ 16.462 referente ao empréstimo obtido com a GOM com vencimento em 15 de dezembro de 2020. Esta dívida era atualizada pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,5% ao ano, com vencimento em 9 de abril de 2018. Após acordo em 30 de setembro de 2015, os juros foram zerados.

(c) Em 28 de maio 2015, com a transação do Grupo AEI e J&F Investimentos S.A, o principal dos empréstimos com as controladoras foi capitalizado e os juros cedidos ao FDIC NP Ceres. Esses empréstimos foram tratados com as partes relacionadas AEI Luxembourg Holdings S.à.r.l. e EPE Holdings Ltda. que representavam obrigações denominadas em dólares norte-americanos, registradas no Banco Central do Brasil - BACEN.

(d) Foi assinado um contrato de cessão onerosa de direitos e obrigações com a Empresa, onde suas controladoras São João Transmissora de Energia S.A (SJT) e São Pedro Transmissora de Energia S.A. (SPT) passam a ter o direito de receber de sua parte relacionada, fração do valor que detinha de crédito perante a Mavi Engenharia e Construção Ltda. A Empresa, firmou, por sua vez, junto à construtora, o contrato de locação de equipamentos, que prevê o pagamento integral do preço mediante utilização de parte do crédito habilitado em recuperação judicial do Grupo Bipar no montante de R\$ 1.860, sendo 50% devido a cada transmissora.

10. Ativo financeiro da concessão

As controladas São João Transmissora de Energia S.A. (SJT) e São Pedro Transmissora de Energia S.A. (SPT) possuem contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, datado de 1 de agosto de 2013 e 9 de outubro de 2013, respectivamente, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos a contar da assinatura de cada um dos contratos. As Companhias reconheceram um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2017:

	São Pedro Transmissora	São João Transmissora	Saldo em 31.12.2017
Incorporação Âmba	550.136	522.378	1.072.514
Adições (Receita de construção) (b)	27.192	1.960	29.152
Transferências e baixas	(3.229)	0	(3.229)
Juros e atualização financeira (c)	45.096	52.531	97.627
Recebimentos através de RAP (d)	(7.814)	(42.169)	(49.983)
Saldo final	611.381	534.700	1.146.081
TRAF (a)	3,30% a.a.	7,15% a.a.	
Circulante	19.554	47.021	66.575
Não circulante	591.827	487.679	1.079.506
	611.381	534.700	1.146.081

a) Refere-se à taxa real de remuneração do ativo financeiro da concessão - TRAF. No início da concessão, a TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro durante o período de construção. Após a entrada em operação comercial a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

b) Valor a receber referente aos investimentos realizados para a implementação de infraestrutura, reforço e melhorias das instalações de energia elétrica conforme contrato de concessão 015/2013-ANEEL da SPT e o contrato de concessão 08/2013-ANEEL da SJT. Neste valor constam serviços e materiais.

c) A Receita de remuneração dos ativos da concessão é o resultado da multiplicação do saldo do ativo financeiro pela TRAF acrescida do IPCA. A correção monetária do ativo financeiro é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários.

d) Refere-se à parcela do faturamento da receita anual permitida (RAP).

As contas a receber (ativos financeiros) incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente aos montantes que as concessionárias terão direito quando do término dos contratos de concessão. As Controladas consideram que o valor da indenização a que terão direito deverá corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Após a implantação da infraestrutura constante dos Contratos de Concessão, a contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da implantação de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço daquela existente e que represente potencial de geração de receita adicional.

Em dezembro de 2016 houve a unitização do ativo imobilizado da São João Transmissoras S.A., que consiste em cadastrar fisicamente todos os bens da Companhia segundo a Resolução Normativa nº 367/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), levando-se em conta principalmente os Tipos de Unidades de Cadastro (TUCs), as Unidades de Adições e Retiradas (UARs) e os demais atributos, e apropriá-los devido os lançamentos contábeis. Este controle atende as demonstrações contábeis regulatórias.

Em setembro de 2017 houve a unitização parcial do ativo imobilizado da São Pedro Transmissora S.A., que consiste em cadastrar fisicamente todos os bens da Companhia segundo a Resolução Normativa nº 367/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), levando-se em conta principalmente os TUCs, as UARs e os demais atributos, e apropriá-los devido os lançamentos contábeis. Este controle atende as demonstrações contábeis regulatórias.

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamento a fornecedores (a)	5.589	1.499	5.589	1.499
Carta Fiança	109	258	109	258
Adiantamento de pessoal	16	18	33	30
Adiantamento de Impostos sobre Importação	-	91	-	91
Seguros e aluguéis	1.496	1.571	3.623	2.673
Outros adiantamentos (b)	47.485	-	54.681	-
Outros créditos a receber (c)	233	-	15.724	31
	54.928	3.437	79.759	4.582
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Desmembramento:				
Ativo circulante	27.471	3.437	36.838	4.582
Ativo não circulante	27.457	-	42.921	-
	54.928	3.437	79.759	4.582

(a) O montante de R\$ 5.589 refere-se a adiantamentos realizados ao fornecedor Siemens Energy Inc, pelas importações de peças para manutenção de turbinas do ativo imobilizado da Empresa. A expectativa para baixa desse montante é novembro de 2018, pois está sendo providenciado o despacho aduaneiro.

(b) A Empresa possui registrado em 31 de dezembro de 2017 na rubrica de "outros adiantamentos", o montante de R\$ 47.485 composto principalmente por:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

- Adiantamento a fornecedores de R\$ 44.647 referente a antecipação de compra de gás natural, que está relacionado ao “Contrato firme inflexível de compra e venda de gás natural” firmado em abril de 2017 entre a Âmbar e a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A, com vigência até 31 de dezembro de 2017. Cabe mencionar que, como não havia garantias reais e financeiras do contrato, a Empresa antecipava o pagamento do fornecimento de gás à Petrobras referente a 10 dias de suprimento. O contrato prevê as seguintes condições: a) quantidade diária contratual (QDC) que é de 2.100.000 m³/dia de gás natural; b) a compradora obriga-se a adquirir e retirar a cada mês, e mesmo que não retire pagar 70% da QDC (*take or pay*) entre outras cláusulas. Entretanto, em 15 de junho o fornecimento de gás foi interrompido pela Petrobras com base na suspensão contratual e o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", conforme mencionado na nota explicativa 1.3, ficando o montante de R\$ 19.398 como antecipação de compra de gás natural e R\$ 25.249 como *take or pay* em aberto.
- Antecipação em dinheiro do PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária em R\$ 486, que a empresa adериu em novembro de 2017 no montante de R\$ 4.818, dos quais foram baixados os processos fiscais em aberto da RFB no montante de R\$ 3.737 e da PGFN o montante de R\$ 1.082 e o montante de R\$ 4.332 será quitado com Prejuízo Fiscal.
- Gastos com estudos elaborados para atendimento ao chamamento público 01/2013 SES de R\$ 1.976, que consiste em estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público Privada (PPP) com a prefeitura de São Paulo, com o objetivo de modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura de rede de iluminação pública do município de São Paulo. Os vencedores da licitação terão seus custos de elaboração do projeto ressarcidos nos termos do chamamento público.

(c) Outros créditos a receber:

- Âmbar: R\$ 233 composto por NFs aplicadas ao projeto de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Transmissoras SJT e SPT: Firmaram em maio de 2014 um contrato de empreitada total com um consórcio de empresas – chamado Consórcio Nordeste, composto pelas empresas Mavi Engenharia e Construção Ltda. (“Mavi”), líder, Engeglobal Construções Ltda. e Primus Incorporação e Construção Ltda. (“Primus”). Em função de questões de ordem técnica e comercial, o contrato supra referido foi rescindido pelas Companhias em abril de 2015, a saber:

i) Em dezembro de 2015 o Grupo Mavi entrou em recuperação judicial e por conta desse fato, o acordo firmado com as Companhias teve que ser homologado nos autos do referido processo durante o ano de 2016, o que acarretou desconto no valor previamente negociado com a Mavi para recebimento em dinheiro. Dessa forma, o valor a receber pelas Companhias ficou em R\$ 9.169, com pagamento em 120 meses, 24 meses de carência e remuneração igual à TR mais 4,5% ao ano, sendo 50% para cada uma delas.

Foi assinado o contrato de cessão onerosa de direitos e obrigações com a Empresa, onde suas controladas SJT e SPT passam a ter o direito de receber de sua parte relacionada, uma fração do valor que detinha de crédito perante a Mavi Engenharia e Construção Ltda.

A Âmbar, firmou, por sua vez, junto à construtora, o contrato de locação de equipamentos, que prevê o pagamento integral do preço mediante utilização de parte do crédito habilitado em recuperação judicial do Grupo Bipar no montante de R\$ 1.860, sendo 50% devido a cada transmissora. Sendo assim, o valor devido pela Mavi às transmissoras passou a ser de R\$ 7.309.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

ii) Após rescisão do contrato com o fornecedor Engglobal o saldo total de adiantamentos realizados para este fornecedor foi transferido para a conta de "Outros créditos a receber", no total de R\$ 11.978. Em 20 de dezembro de 2017, houve o recebimento pela SJT de R\$ 6.507 a título de indenização de seguro garantia da JMalucelli Seguradora, referente aos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo Consórcio Nordeste em relação ao adiantamento de pagamento concedido pela Companhia, conforme cláusula 13.1, que não havia sido liquidado na forma prevista no contrato número 001/2013 celebrado entre as partes em 05 de maio de 2014, referente implantação da linha de transmissão. Deste montante recebido, foi reconhecido um ganho de R\$ 2.685, uma vez que a provisão estava reconhecida em R\$ 3.822. Deste modo, apenas a SPT tem saldo a receber da Engglobal no montante de R\$ 8.156.

12. Investimentos

Informações relevantes sobre investimentos no período de 31 de dezembro 2017.

	<u>Total de ativos</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prej.) líquido</u>
Gasocidente do Mato Grosso do Sul Ltda. (GOM)	238.988	99%	411.411	15.211	61.705
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP)	1.295.237	99%	964.511	1.295.112	289.559
São João Transmissora de Energia S.A (SJT)	576.142	2%	266.981	407.035	119.154
São Pedro Transmissora de Energia S.A (SPT)	636.852	2%	354.439	503.364	121.643
Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados Ceres (FIDC)	499.052	3%	4.614	499.043	(97)
Gasorient Boliviano Ltda. (GOB)	55.464	99%	280.655	(146.336)	8.695

As empresas abaixo possuem participações direta e indireta:

	<u>Controle direto</u>	<u>Controle Indireto</u>
São João Transmissora de Energia S.A - SJT	2,08%	97,92%
São Pedro Transmissora de Energia S.A - SPT	1,97%	98,03%

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Na controladora:

	Saldo em 31.12.16	Incorp.	Menos valia	Realização da Menos Valia	Adição (Baixa)	Trans. de Capital	Equivalência Patrimonial		Saldo em 31.12.17
							No Patrimônio Líquido	Resultado no período	
Investimentos (controladas e coligadas)									
FIP	-	897.101	-	-	98.398	-	(2)	286.665	1.282.162
FIDC	-	13.268	-	-	-	-	-	(1)	13.267
SJT	-	6.920	-	-	(924)	-	(10)	2.480	8.466
SPT	-	6.339	-	-	1.171	-	12	2.394	9.916
GOB	158	(107.639)	-	-	-	(1.688)	(1.972)	7.337	(112.257)
GOM	(35.428)	-	-	-	-	-	-	60.722	25.294
	(35.270)	815.989	-	-	98.645	(1.688)	(1.972)	359.597	1.226.848
Menos valia									
GOB	-	-	(43.890)	1.357	-	-	-	-	(34.080)
GOM	(10.601)	-	-	366	-	-	-	-	(10.235)
	(10.601)	-	(43.890)	1.723	-	-	-	-	(44.315)
Ágio em controladas (*)									
GOB	-	229.158	-	-	3.485	-	-	-	232.643
Âmbar Energia	244.897	-	-	-	-	-	-	-	244.897
GOM	154.882	-	-	-	-	-	-	-	154.882
	399.779	229.158	-	-	3.485	-	-	-	632.422
Total	353.908	1.045.147	(43.890)	1.723	102.130	(1.688)	(1.972)	359.597	1.814.955
Provisão para perda de investimento									
GOM	46.029	-	-	-	-	-	-	-	10.236
GOB	-	-	-	-	-	-	-	-	146.336
	399.937	-	-	-	-	-	-	-	1.971.527

(*) A Empresa testa anualmente a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) que mantenham ágio. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve indício de *Impairment* do ágio em nenhum dos grupos de UGC.

No consolidado:

	Saldo em 31.12.2016	Incorporação Âmbar	Adição (Baixa)	Equivalência Patrimonial		Saldo em 31.12.2017
				No Patrimônio Líquido	Resultado no período	
FIP	-	266.154	82.062	-	54.973	403.189
FIDC	-	13.268	-	-	(1)	13.267
GOB (a)	158	(158)	-	-	-	-
	158	279.264	82.062	-	54.972	416.456

(a) Em virtude da incorporação mencionada na nota explicativa nº 1.1, a respectiva empresa passou a ser controlada e consolidada.

11.1. Incorporação

Em 02 de janeiro de 2017 houve a incorporação da Âmbar Participações Ltda. (Empresa Holding Nacional de Direto Privado) que era controlada pela J&F Investimentos S.A e tinha como objetivo investir nos setores de infraestrutura e energia. Em dezembro de 2012 adquiriu 99% das cotas do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão) administrado e gerenciado pela REAG Investimentos.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, observada a Política de Investimento definida no Regulamento desta controlada, por meio de investimentos na aquisição direta de ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório de suas Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

11.2. Suas investidas compreendem:

- SJT - São João Transmissora de Energia S.A:

A São João Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 10 de junho de 2013 e está estabelecida desde 14 de agosto de 2017, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I 1º andar B sala 01. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a construção, operação e a manutenção das Instalações de Transmissão de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, decorrente do Contrato de Concessão do Lote A do Leilão nº 001/2013 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e suas respectivas Instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Recebeu da ANEEL, o Despacho nº 2.001, de 10 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017 – cancelando o termo de liberação parcial emitido em 31 de agosto de 2016 pelo Operador Nacional do Sistema e que nos habilitava o recebimento da receita desde então. A ANEEL alega que, após fiscalização das instalações ocorridas após 31 de agosto de 2016, atestou que as mesmas não estavam finalizadas. O principal argumento da SJT é que foi impedida de energizar as linhas de transmissão e executar as obras na forma originalmente avençada no contrato de concessão em virtude do inadimplemento da transmissora do Grupo Abengoa, que deveria construir determinadas linhas de transmissão e subestações em áreas vizinhas da Companhia (“Fator Abengoa”).

A liberação da RAP já havia sido aprovada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, e reconheceu que o inadimplemento das transmissoras do Grupo Abengoa configura um impeditivo de terceiros para energização das linhas de transmissão desta Companhia. A revogação da RAP está embasada em um relatório de fiscalização da ANEEL, que apontou determinadas inconformidades técnicas nas instalações de transmissão da controlada.

A controlada construiu integralmente as linhas de transmissão e subestações, tal como previsto no contrato de concessão, sendo que determinados itens do escopo desta Companhia relacionados à conexão ao sistema elétrico não puderam ser executados em razão do Fator Abengoa.

A controlada apresentou um Recurso Administrativo perante a ANEEL contra a decisão que revogou as RAPs, ainda pendente de julgamento. Tais RAPs não recebidas serão objeto de pleito perante o órgão regulador.

Em razão da publicação da Portaria MME nº 373, de 19 de setembro de 2017, na qual é decretada a caducidade das concessões do grupo Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., que impactavam diretamente no Contrato de Concessão da controlada, torna possível a execução de reforços que permitem a energização das instalações da controlada, havendo portanto, mesmo sem deliberação prévia da ANEEL sobre o Recurso Administrativo contra a decisão do Despacho nº 2001/2017, o retorno da RAP ainda no primeiro trimestre de 2018.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Em 31 de outubro de 2017, a ANEEL emitiu através do Despacho nº 3.700, de 31 de outubro de 2017, a anulação do Despacho nº 2.001, de 2017, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, para que somente após ocorrida a manifestação prévia da requerente, seja proferida nova decisão pela ANEEL.

Em virtude do ato legislativo Aneel – Despacho nº 3700/2017, a Companhia retornou em novembro de 2017, com a Apuração Mensal de Serviços e Encargos – AMSE, incluindo no Aviso de Crédito (AVC) deste mês, todos os valores retroativos de 1 de julho a 31 de outubro de 2017.

- SPT - São Pedro Transmissora de Energia S.A:

A São Pedro Transmissora de Energia S.A. (“SPT” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 06 de agosto de 2013 e está estabelecida desde 14 de agosto de 2017, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I 1º andar B sala 01. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a exploração de concessão de serviço público de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O órgão regulador ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 6.260 e 6.266, de 28 de março de 2017 e 04 de abril de 2017 respectivamente, que autorizam as controladas SJT e SPT a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade bem como estabelecem os valores correspondentes das parcelas da Receita Atual Permitida - RAP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em aproximadamente R\$ 31.596 (trinta e um milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais) valor histórico. A RAP será corrigida anualmente, pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende, que ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa nº. 9 “Ativo financeiro da concessão”.

- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão)

O Fundo de investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão), possui investimento nas seguintes Companhias:

Investidas	Participação
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT) (a)	51,00%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB) (b)	51,00%
São João Transmissora S.A.	97,92%
São Pedro Transmissora S.A.	98,03%
Bom Jesus Eólica S.A. (c)	50,99%
Cachoeira Eólica S.A. (c)	50,99%
Pitimbu Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano Eólica S.A. (c)	50,99%

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Investidas	Participação
São Caetano I Eólica S.A. (c)	50,99%
São Galvão Eólica S.A. (c)	50,99%
Carnaúba I Eólica S.A. (c)	50,98%
Carnaúba II Eólica S.A. (c)	50,99%
Carnaúba III Eólica S.A. (c)	50,98%
Carnaúba V Eólica S.A. (c)	50,99%
Cervantes I Eólica S.A. (c)	50,98%
Cervantes II Eólica S.A. (c)	51,00%
Punaú I Eólica S.A. (c)	50,99%

(a) TMT – Triângulo Mineiro Transmissora S.A:

A Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (“TMT” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 26 de novembro de 2012 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que tem por objeto social a implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(b) VSB – Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (“VSB” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 1º de agosto de 2013 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica no Estado de Goiás e no Distrito Federal, relativas ao Lote B do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2013. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(c) Eólicas:

As Companhias eólicas: Bom Jesus Eólica S.A, Cachoeira Eólica S.A, Pitimbu Eólica S.A, São Caetano Eólica S.A, São Caetano I Eólica S.A, São Galvão Eólica S.A, Carnaúba I Eólica S.A, Carnaúba II Eólica S.A, Carnaúba III Eólica S.A, Carnaúba V Eólica S.A, Cervantes I Eólica S.A, Punaú Eólica S.A. foram originadas do Leilão Público nº 5/2013 (“Leilão”), realizado em 23 de agosto de 2013. Constituiu objeto deste leilão a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE) principal fornecedor dos empreendimentos, responsáveis pelos fornecimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, a Administração das Companhias eólicas tomou ações para readequações dos projetos.

Em 28 de agosto de 2017, as Companhias participaram do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL, com o apoio da Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE) em virtude do cenário de sobra de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN). Todavia, em que pese as Companhias eólicas terem se sagrado vencedoras no mecanismo, a homologação do resultado só ocorrerá em dezembro de 2017, conforme cronograma do edital.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Em 13 de setembro de 2017, as Companhias eólicas entregaram tempestivamente todos os documentos necessários para o processo de cadastramento nos leilões A-4 e A-6 de 2017 (Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2021 para o Leilão de Energia Nova “A-4” e em 1º de janeiro de 2023 para o Leilão de Energia Nova “A-6”), que tem previsão para ocorrer em dezembro do ano corrente. A documentação em questão está em processo de análise e a expectativa das controladas é de serem consideradas habilitadas tecnicamente para participação nos certames em questão.

Em 05 de dezembro de 2017 foram extintas as outorgas de autorização e rescindidos, sem aplicação de multa rescisória, os Contratos de Energia de Reserva – CER das empresas, em virtude da participação e vitória no Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva.

Após a descontratação da energia de reserva vendida em leilão e habilitação do projeto da Companhia nos próximos leilões de energia, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram.

A Administração das Companhias entende que todas essas medidas visam a recuperação dos níveis de retorno do investimento, em um esforço para manter a SPE adequada à implementação de alternativas viáveis que permitam uma possível continuidade do processo de implantação do projeto.

Conseqüentemente, a continuidade operacional das eólicas depende do sucesso da avaliação das opções viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram. As demonstrações contábeis das Companhias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não inclui nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade das Companhias continuarem operando.

13. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de histórico de aquisição, formação ou construção, acrescido de juros e demais encargos financeiros durante a sua construção, deduzido de depreciação acumulada. Os bens do ativo imobilizado são avaliados, para fins de sua redução, quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Gastos são capitalizados apenas quando há aumento na vida útil-econômica do imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base a vida útil de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na controladora é como segue:

Imobilizado	Taxa	Custo	Mais (Menos) Valia	Depreciação Mais (Menos) valia	DAC (*)	Líquido	
						31.12.17	31.12.16
Terra nua e terrenos	0%	2.299	46.720	-	-	49.019	49.019
Máquinas e equipamentos	10%	303.914	39.669	(5.377)	(236.817)	101.389	116.081
Instalações	4%	230.440	(1.927)	(274)	(169.501)	58.738	65.149
Equipamentos de informática	20%	4.253	-	-	(3.911)	342	265
Veículos e aeronaves	20%	356	-	-	(316)	40	60
Outros	10%	20.779	-	-	(1.809)	18.970	19.994
		562.041	84.462	(5.651)	(412.354)	228.498	250.568

Movimentação do ativo imobilizado da controladora:

Imobilizado	31.12.16	Incorporação Âmbar	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.17
Terra nua e terrenos	49.019	-	-	-	-	49.019
Máquinas e equipamentos	116.081	-	212	(137)	(14.767)	101.389
Instalações	65.149	-	1.207	-	(7.618)	58.738
Equipamentos de informática	265	106	129	(9)	(149)	342
Veículos e aeronaves	60	-	-	-	(20)	40
Outros	19.994	-	66	(1.070)	(20)	18.970
	250.568	106	1.614	(1.216)	(22.574)	228.498

No consolidado:

Imobilizado	Custo	Mais (Menos) valia	Deprec. Mais (Menos) Valia	DAC (*)	Impairment	Líquido	
						31.12.17	31.12.16
Terra nua e terrenos	5.248	46.720	-	-	(1.923)	50.045	49.952
Máquinas e equipamentos	307.869	39.669	(5.380)	(238.984)	-	103.174	116.081
Instalações	1.079.044	(74.641)	5.141	(605.315)	(293.217)	111.012	96.657
Equipamentos de informática	7.776	-	-	(6.518)	(3)	1.255	273
Veículos e aeronaves	1.709	-	-	(1.024)	(44)	641	94
Outros	51.551	-	-	(32.367)	(5)	19.179	20.019
	1.453.197	11.748	(239)	(884.208)	(295.192)	285.306	283.076

(*) Depreciação acumulada.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Movimentação do ativo imobilizado consolidado:

Imobilizado	31.12.16	Incorporação Âmbar	Adições	Baixas	Amortização /Depreciação	Varição cambial	31.12.17
Terra nua e terrenos	49.952	107	-	(16)	-	2	50.045
Máquinas e equipamentos	116.081	1.973	231	(157)	(14.989)	35	103.174
Instalações	96.657	25.379	1.624	-	(13.017)	369	111.012
Equipamentos informática	273	1.556	147	(19)	(705)	3	1.255
Veículos e aeronaves	94	577	212	(1)	(244)	3	641
Outros	20.019	186	70	(1.071)	(25)	-	19.179
	283.076	29.778	2.284	(1.264)	(28.980)	412	285.306

14. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, bem como pela expectativa de rentabilidade futura de investimentos em controladas. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos por softwares e ágio de investimentos em controladas. A abaixo a composição do intangível:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Softwares	58	49	228	87
Ágio de investimentos em controladas (*)	-	-	632.422	399.779
	58	49	632.650	399.866

(*) Conforme pronunciamentos contábeis o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Premissas para teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa), do projeto integrado Cuiabá que é composto pelas empresas Âmbar Energia, a GOM e a GOB, onde a GOM e a GOB transportam o gás para a Âmbar, que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 31 de dezembro de 2016. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como operação com o gás extraordinário da Bolívia, despacho, custos e despesas, e taxas de desconto. A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 10 anos. O valor terminal foi atribuído com base na média dos últimos três anos do fluxo de caixa para o restante de vida útil da empresa. A taxa de desconto utilizada foi de 14% baseada na taxa Risco Brasil de 13% + 1% de margem, tendo em vista que a empresa não possui financiamentos. O teste de *impairment* foi efetuado para o grupo de UGCs para os quais foram alocados e provisionou o montante total de R\$ 30.118, R\$ 26.669 da Âmbar e R\$ 3.448 da GOM.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa testou novamente a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) com as mesmas premissas, não resultando impacto algum.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Detalhar que o caso Petrobras mudou as premissas adotadas, que por conta de não ter gás disponível o cenário da continuidade mudou.

Movimentação do ágio:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-
Aquisições	429.897	429.897
Impairment	(30.181)	(30.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	399.866	229.326
Aquisições em combinações de negócios	229.158	229.158
Ajuste de combinação de negócio	-	-
Variação Cambial	3.499	3.499
Saldo em 30 de junho de 2017	632.436	632.436
Variação cambial	(14)	(14)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	632.422	632.422

UGC:

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Ágio Gasoriental Boliviano (GOB)	232.643	-
Ágio Âmbar Energia Ltda	244.897	244.897
Ágio Gasocidente de Mato Grosso (GOM)	154.882	154.882
Aquisições em combinações de negócios	632.422	399.779

Movimentação do intangível no consolidado:

	31.12.16	Incorporação Âmbar	Adições/ (baixas)	Variação cambial	Amortização	31.12.17
Marcas e Patentes	-	2	(2)	-	-	-
Softwares	87	166	12	-	(37)	228
Ágio	399.779	229.158	-	3.485	-	632.422
	399.866	229.326	10	3.485	(37)	632.650

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos

Abaixo a composição dos empréstimos:

<u>Modalidade</u>	<u>Controlada</u>	<u>Taxa Média Anual</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Em moeda Nacional</u>					
FINISA - Equipamentos	SJT	3,50%	Tabela Price	60 meses	188.322
FINISA - Equipamentos	SPT	3,50%	Tabela Price	60 meses	146.318
FINISA - Infraestrutura	SPT	11,10%	CDI	83 meses	8.948
Aplicação financeira vinculada	SJT	(a)	CDI	(a)	(29.028)
Aplicação financeira vinculada	SPT	(b)	CDI	(b)	(25.295)
					<u>289.265</u>

- (a) Na SJT, os valores depositados em garantia referente ao contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA Equipamentos e alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e de administração de contas e outras avenças, oriundos do contrato de concessão, assinados em 30 de dezembro de 2013 e 03 de fevereiro de 2016. São duas aplicações: a) aplicação reserva equivale a três prestações mensais do serviço da dívida, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira; e a b) aplicação reserva especial que equivale ao montante de R\$ 23.400, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira.

Em 06 de janeiro de 2017, a SJT solicitou à Caixa Econômica Federal o pleito de redução do saldo da conta Reserva Especial. Este pleito teve por objetivo solicitar a reconsideração do saldo da conta Reserva Especial por aferição de excesso da garantia, estabelecida no contrato de financiamento.

A Companhia solicitou a Caixa Econômica Federal que as parcelas de PMT de novembro e dezembro de 2017 fossem amortizadas com o saldo disponível da conta reserva, sem quaisquer descumprimentos de obrigação vinculada ao contrato de financiamento. Após liberação do excesso da garantia depositada na Conta Reserva Especial o saldo mínimo da conta reserva seria recomposto. Em 02 de janeiro de 2018 a Caixa Econômica liberou o montante de R\$ 19.695 da Conta Reserva especial e deste montante R\$ 4.812 foi utilizado para reposição da conta reserva, conforme acordado.

- (b) Na SPT, os valores depositados em garantia referente ao contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Equipamentos e alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e de administração de contas e outras avenças, oriundos do contrato de concessão, assinados em 30 de dezembro de 2013 e 03 de fevereiro de 2016. São duas aplicações: a) aplicação reserva equivale a três prestações mensais do serviço da dívida, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira; e a b) aplicação reserva especial que equivale ao montante de R\$ 16.200, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

As principais garantias para o contrato incluem:

- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios oriundos da RAP (Receita Anual Permitida) em conta específica (conta centralizadora) na Caixa Econômica Federal;
- Alienação Fiduciária de 100% das ações da Companhia;
- Constituição de Conta Reserva: Este valor equivale a três prestações mensais do serviço da dívida, atualizado mensalmente através de taxa de remuneração da aplicação financeira no montante equivalente à 3 parcelas do financiamento;
- Constituição de Conta Reserva Especial: Valor depositado em garantia referente ao contrato assinado com a CEF de alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e de administração de contas e outras avenças, oriundos do contrato de concessão.
- ESA (*Equity Support Agreement*) até o *Completion* Financeiro do projeto;
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD na relação mínima de 1,2 vez considerando o saldo da Conta Reserva Especial e; 1,0 vez excluindo o saldo da Conta Reserva Especial.

A seguir a movimentação dos empréstimos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Incorporação Âmba	48.631	318.634	367.265
Liberações	9.098	-	9.098
Amortização empréstimos principal	(48.987)	-	(48.987)
Transferência longo x curto prazo	47.870	(47.870)	-
Encargos sobre empréstimos	14.201	-	14.201
Pagamento de encargos	(14.326)	-	(14.326)
Aplicações vinculadas - Principal	-	(39.600)	(39.600)
Resgates de aplicações vinculadas	-	5.954	5.954
Rendimento sobre aplicações vinculadas	-	(4.340)	(4.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.487	232.778	289.265

A tabela abaixo apresenta a maturidade da dívida de longo prazo:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2017</u>
2019	49.260
2020	55.553
Após 2020	182.289
Aplicação financeira vinculada	(54.324)
	232.778

16. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. O prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante. Quando aplicável são acrescidos encargos.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Siemens Westinghouse - LTP (a)	28.323	56	28.323	56
Petrobras (<i>Take or pay</i>) (b)	25.249	884	25.249	1.855
Provisão operacional (c)	63	3.667	63	3.667
YPFB Yacimientos Petrolíferos Fiscales				
Bolivianos	7.428	-	7.428	-
Diversos	19.806	209	24.775	1.242
	80.869	4.816	85.838	6.820

(a) O saldo da Siemens Westinghouse – LTP refere-se à aquisição das peças para a manutenção.

(b) Em 13 de abril de 2017, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível, entre a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) e a Âmbar Energia Ltda (“Âmbar”), para fornecimento de gás à Usina Energética Mario Covas (“UTE Cuiabá”), de propriedade da Âmbar.

Conforme mencionado na nota explicativa 10.b, o contrato prevê que a compradora obriga-se a adquirir e retirar gás natural a cada mês, e mesmo que não retire pagar 70% da QDC (*take or pay*) entre outras cláusulas. Entretanto, em 15 de junho o fornecimento de gás foi interrompido pela Petrobras com base na suspensão contratual e o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", ficando o montante de R\$ 25.249 como *take or pay* em aberto.

(c) O saldo de provisão operacional refere-se à provisão dos encargos do sistema: CUSD, CCT e TFSEE.

17. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Salários e encargos	1.012	202	1.785	237
Provisões para férias e encargos	3.289	1.866	4.518	2.174
Retenções na fonte	531	-	4.423	-
ICMS / VAT / GST a recolher	-	-	2.175	-
PIS/COFINS	4.306	141	9.911	143
IR/CSLL	8.106	120	9.283	120
Outros	5	17	751	17
	17.249	2.346	32.846	2.691
Passivo circulante	17.249	2.346	27.299	2.691
Passivo não circulante (a)	-	-	5.547	-
	17.249	2.346	32.846	2.691

(a) O passivo não circulante apresenta o montante de R\$ 431 referente a provisão de bônus que será pago aos funcionários que completarem 5 anos (GOB) e o montante de R\$ 5.116 referente a IR (12,5%) sobre os juros a pagar ao empréstimo firmando entre a GOB e a GOM.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base no lucro tributável do exercício. A base tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Empresa e suas controladas constituem imposto de renda diferido passivo, quando aplicável, sobre os efeitos tributários da variação cambial de fornecedores, controlados fiscalmente pelo regime de caixa.

A Empresa possui um ativo diferido de R\$ 8.065 adquirido com a incorporação da Zetta Lighting no ano de 2016 que refere-se ao ágio fiscal da compra desta.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou em diferentes entidades tributáveis sempre que exista a intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituída pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, onde permite que a empresa liquide seus débitos de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente.

Em 29 de setembro de 2017, a Âmba e sua controlada GOM cedeu seus créditos tributários à JBS que deseja liquidar parte dos seus débitos incluídos na modalidade “Pagamento a vista” do PERT com a utilização de créditos de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa. A CEDENTE chamada de Âmba por sua vez se enquadra nas exigências, pois é empresa diretamente controlada pela J&F Investimentos chamada de INTERVENIENTE ANUENTE. A cedente declara que o objeto do Contrato de Cessão de Créditos Tributários, datado de 01 de novembro de 2017, com efeitos retroativos a data de 29 de setembro de 2017, inclui os direitos, prerrogativas e garantias asseguradas aos respectivos Créditos, e neste ato a Âmba expressamente anui e ratifica a realização do pagamento referido para a J&F, que por sua vez reconhece o direito da Âmba de computar esse saldo para fins de amortização nos termos do “Conta corrente” firmado entre ambas.

Seguem quadros demonstrando a origem dos créditos fiscais da Empresa e sua controlada GOM:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Âmbar:

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Crédito Fiscal</u>
2008	101.454	101.454	34.494
2009	157.491	157.491	53.547
2010	15.665	15.665	5.326
2013	4.197	4.197	1.427
	278.807	278.807	94.794

GOM:

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Crédito Fiscal</u>
2001 a 2005	80.456	80.456	27.355
2009	22.353	22.353	7.600
2010	15.808	15.808	5.375
2011	17.193	17.193	5.846
2012	15.932	15.932	5.417
2013	15.424	15.424	5.244
2014	13.753	13.753	4.676
2015	48.032	48.032	16.331
	228.951	228.951	77.844

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Resultado antes da tributação	370.832	(116.115)	255.881	(121.582)
Resultados em (Positivos)/Negativos em Participações Societárias	(361.320)	28.896	(54.988)	-
Resultado presumido de incorporadas	-	-	(175.892)	-
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(3.234)	29.654	(8.500)	41.338
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
Provisão para perdas de créditos fiscais	(1.511)	(2.027)	(1.266)	(2.154)
Provisão para desvalorização - ativo imobilizado e estoques	-	-	3.437	3.432
Perda de variação cambial não reconhecida	57	(81)	590	(7.748)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	-	(17.325)	(5.539)	(24.644)
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos (a)	84.762	-	209.833	5.177
Outras diferenças permanentes	(43)	(10.221)	(44)	(10.224)
Utilização prejuízo fiscal/base negativa anos anteriores e 10% base imposto	1.443	-	1.443	-
	81.474	-	199.954	5.177
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:				

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.288)	-	(9.879)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.762	-	209.833	5.177
	81.474	-	199.954	5.177

(a) O montante divulgado no consolidado como receitas de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 209.833, referem-se à:

- Reversão do valor diferido de IR e CSLL das controladas SPT e SJT nos montantes de R\$ 25.437 e R\$ 28.497, respectivamente, totalizando R\$ 53.934, pois a Administração das Companhias com base no art. 36 da Lei nº 12.973/14, que garante a tributação dos valores apenas quando do recebimento da RAP, entende que há argumentos jurídicos consistentes para sustentar a reversão dos respectivos impostos diferidos, adicionalmente, as Companhias obtiveram uma liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente.
- Reconhecimento do crédito fiscal sobre base negativa, no montante total de R\$ 146.742 (líquido do deságio das cessões):

	Prejuízos fiscais	Créditos fiscais (34%)	Deságios nas cessões (15%)	Créditos cedidos
Âmbar	278.807	94.794	(14.219)	80.575
GOM	228.951	77.843	(11.676)	66.167
	507.758	172.638	25.895	146.742

- Reconhecimento na Âmbar do crédito fiscal sobre prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 4.333 para liquidação integral do passivo referente a adesão ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributária, formalizado em 10 de novembro com a RFB- Receita Federal do Brasil e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O crédito fiscal reconhecido será baixado quando da consolidação dos parcelamentos;
- Reconhecimento de outras despesas/receitas de IR e CS diferido no montante de R\$ 4.824;

Composição do ativo e passivo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	12.346	8.065	35.790	13.983
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(4.603)	-	(84.559)	(1.339)
	7.743	8.065	(48.769)	12.644

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

- (a) O ativo diferido da controladora é composto por R\$ 8.013 referente ao ágio fiscal de aquisição da Zetta Lighting no ano de 2016 R\$ 4.333 referente reconhecimento de crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa constituído para liquidação integral do passivo referente ao PERT relatado acima. Este crédito fiscal será baixado quando os parcelamentos forem consolidados pela Receita Federal do Brasil.

Já no consolidado, tem-se também a constituição de crédito de 30% sobre o prejuízo fiscal da empresa GOM para abatimento do IRPJ a pagar sobre diferenças temporárias de variação cambial apuradas em 31 de dezembro de 2017.

- (b) O passivo diferido da controladora é composto por R\$ 4.603 referente ao ganho na aquisição de participação do investimento FDIC. Já o consolidado está associado ao reconhecimento das diferenças temporárias de variação cambial ativa apuradas em 31 de dezembro de 2017 da empresa GOM.

19. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
P&D - Provisão 2001-2009 (a)	7.419	7.419	7.419	7.419
P&D (a)	2.040	1.341	2.322	1.341
FNDCT	774	4	878	4
MME	272	2	324	2
Outros (b)	6.554	1.380	10.393	1.380
Total	17.059	10.146	21.336	10.146

- (a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D):

Refere-se a saldo de obrigações com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em virtude de obrigatoriedade regulatória. Todas as empresas concessionárias de geração e autorizadas à produção independente de energia devem aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ("ROL") em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico. Em 29 de setembro de 2005, a ANEEL estipulou a obrigatoriedade da aplicação em P&D a partir de abril de 2006, tendo como base de cálculo a ROL de janeiro de 2001 a janeiro de 2006. Em fevereiro de 2006, a ANEEL emitiu a Resolução nº 352, revogando a Resolução nº 1.383, estipulando que o período de cálculo da ROL desta Empresa deveria começar em abril de 2005 pela geração das turbinas 1 e 2 e desde janeiro de 2001, pela geração da turbina 3.

A Empresa mantém provisionado referente ao período de 2001 a 2009 o montante de R\$ 7.419 a título dessa obrigação. Com a retomada da licença de operação desde outubro de 2015, a Empresa provisionou o montante de R\$ 2.040 referente a essa obrigação. No consolidado, as transmissoras de energia SPT e SJT também possuem esta obrigação, totalizando R\$ 2.322.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

(b) Outros:

O montante de R\$ 10.393 apresentado no consolidado compõe-se principalmente por:

- R\$ 2.106 referente a provisão de custo de construção da São João Transmissora de Energia S.A. necessário à conclusão do empreendimento a ser incorrido na subestação de Gilbués II (PI);
- R\$ 5.019 referente Provisão de Participação nos Lucros e Resultados da Empresa;
- R\$ 1.534 referente seguros a pagar também da Empresa;
- R\$ 1.533 referente provisão registrada pela Gasorient Boliviano Ltda., sendo R\$ 665 referente provisão ao fornecedor YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e R\$ 868 referente diversos fornecedores;
- R\$ 90 referente taxa de administração provisionada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão.

20. Provisão para riscos processuais e fiscais

A empresa e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, as seguintes provisões foram efetuadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhistas	242	215	242	292
Fiscais	1.227	2.644	1.906	3.281
Riscos fiscais	-	-	4.268	-
	1.469	2.859	6.416	3.573

Movimentação dos processos:

	Controladora					31.12.2017
	31.12.2016	Adição	Baixas	PERT	Caixa	
Trabalhistas	215	27	-	-	-	242
Fiscais	2.644	4.049	(647)	(4.333)	(486)	1.227
Total	2.859	4.076	(647)	(4.333)	(486)	1.469

	Consolidado					31.12.2017
	31.12.2016	Adição	Baixas	PERT	Caixa	
Trabalhistas	292	27	(77)	-	-	242
Fiscais	3.281	4.091	(648)	(4.333)	(485)	1.906
Riscos fiscais	-	4.268	-	-	-	4.268
Total	3.573	8.386	(725)	(4.333)	(485)	6.416

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Em novembro a Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária no total de R\$ 4.819 (quatro milhões e oitocentos e dezenove mil reais). Foram baixados os processos fiscais em aberto da RFB no montante de R\$ 3.737 (três milhões e setecentos e trinta e sete mil reais) e da PGFN o montante de R\$ 1.082 (um milhão e oitenta e dois mil reais) pagando em dinheiro o valor de R\$ 485 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) e o restante com Prejuízo Fiscal.

A empresa obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e Cofins sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 1.128 destes impostos na contabilidade, até transito em julgado do processo.

A Âmbar Energia mantém a provisão de R\$ 99 referente ao pagamento de multa devido entrega em atraso da EFD contribuições no ano de 2013 e 2014.

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa possui contingência trabalhista no valor de R\$ 242, referente a 1 (uma) reclamação trabalhista que aguarda apenas a liquidação (valoração) para o pagamento devido.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Por meio da 52ª ACS – Alteração de Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social, passando de R\$ 2.172.708 (dois bilhões, cento e setenta e dois milhões e setecentos e oito mil reais) para R\$2.139.195 (dois bilhões, cento e trinta e nove milhões e cento e noventa e cinco mil reais). O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017 é representado por 2.139.195.406 ações nominativas e sem valor nominal.

Há previsão de integralização dos AFACs – Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – até o segundo trimestre de 2018.

b. Reserva de capital

b.1. Reserva especial de ágio

Com a incorporação reversa, visando garantir que a Âmbar pudesse recuperar parte do investimento realizado na aquisição da Zetta Lighting por meio da capitalização dessa reserva única e exclusiva a seu favor.

c. Reservas de lucro

c.1. Outros resultados abrangentes

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

22. Receita líquida

A Controladora está operando no mercado de Curto prazo com a CCEE. Esta receita está reconhecida na parcela de energia. Quanto à receita consolidada, é composta também pela RAP - Receita Anual Permitida das empresas SJT e SPT, recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. As receitas dos serviços de Operação e Manutenção - O&M - são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados.

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita Bruta de Vendas				
Receita de vendas de produtos	286.388	54.375	309.258	54.406
Receita de construção	-	-	29.152	-
Receita de operação e manutenção	-	-	8.715	-
Receita de atualização do ativo financeiro	-	-	97.627	-
Receita de compartilhamento de infraestrutura	-	-	538	-
	286.388	54.375	445.290	54.406
Devoluções de vendas				
Devoluções e descontos	(3.931)	369	(4.545)	369
Impostos sobre vendas e serviços	(26.491)	(5.030)	67.808	(5.034)
Receita Operacional Líquida	255.966	49.714	508.553	49.741

23. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custo de gás	(142.418)	(58.368)	(142.418)	(58.368)
Custo de construção	-	-	(28.887)	-
Seguros	(2.531)	(2.362)	(4.334)	(3.205)
Salários e encargos	(26.759)	(10.568)	(37.209)	(12.149)
Manutenção das instalações	(22.205)	(7.854)	(25.764)	(8.459)
Depreciação	(22.596)	(52.761)	(29.017)	(57.668)
Outros custos	(1.463)	-	(3.188)	-
Serviços externos contratados	(8.696)	(2.321)	(11.619)	(3.447)
Encargos do Sistema	(10.857)	(2.757)	(10.857)	(2.757)
Demais despesas administrativas	(7.324)	2.283	(14.316)	2.296
Outras receitas (despesas), líquido	694	-	795	-
	(244.155)	(134.708)	(306.814)	(143.757)
Custo dos serviços prestados	(208.979)	(100.940)	(260.331)	(109.237)
Despesas gerais e administrativas	(35.916)	(33.768)	(47.326)	(34.520)
Outras receitas	740	-	843	-
	(244.155)	(134.708)	(306.814)	(143.757)

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

24. Resultado financeiro, líquido

Substancialmente representadas por remuneração de aplicações financeiras e impostos a recuperar, encargos e variações cambiais de saldos com fornecedores e de empréstimos e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(3.264)	(239)	(1.567)	(27.525)
Juros passivos	(2.782)	(12.225)	(11.403)	(12.225)
Juros ativos	3.773	10.989	11.970	3.433
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(26)	(750)	154	8.751
	(2.299)	(2.225)	(846)	(27.566)
Receita financeira	4.688	10.639	27.581	26.720
Despesa financeira	(6.987)	(12.864)	(28.427)	(54.286)
	(2.299)	(2.225)	(846)	(27.566)

25. Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Seguradora	Consolidado			
		Companhia/ Empresa	Vigência	Importância Segurada (R\$ Mil)	Prêmio (R\$ Mil)
Risco Operacional (a)	Tokio Marine Seguros	Âmbar	08/12/2017 a 08/12/2018	1.838.320	2.416
Responsabilidade Civil Geral (b)	SWISS RE Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Âmbar	08/12/2017 a 08/12/2018	103.500	158
D&O Administradores	Liberty D&O Advantage Brasil	Âmbar	27/05/2017 a 27/05/2018	10.000	31
Seguro Garantia (c)	J Malucelli Seguradora S.A.	SJT	01/07/2017 a 01/01/2018	20.425	51
Seguro Garantia (c)	J Malucelli Seguradora S.A.	SJT	01/01/2018 a 30/05/2018	20.425	42
Respons. Civil Geral	Chubb Seguros Brasil S.A.	SJT	21/12/2017 a 21/12/2018	10.000	21
Riscos Operacionais	Fator Seguradora S.A.	SJT	21/12/2017 a 21/12/2018	30.000	131
Seguro Garantia	FAIRFAX Brasil Seguros Corporativos S.A.	SPT	01/09/2017 a 01/09/2018	62.400	101
Respons. Civil Geral	Tokio Marine Seguros	SPT	29/09/2017 a 29/09/2018	10.000	16

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Importância Segurada (US\$ Mil)	Prêmio (US\$ Mil)
Responsabilidade Civil Geral	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	30/11/2017 a 23/01/2018	99.170	9
Riscos Operacionais	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	09/12/2017 a 09/12/2018	319.579	90.000

(a) Riscos Operacionais: abrange danos materiais sem cobertura para lucros cessantes cujo objeto segurado engloba a UTE Cuiabá (Usina Termoelétrica) e a GOM - Gasocidente de Mato grosso Ltda. As apólices de seguros da Empresa tem como cossegurada a controlada GOM.

(b) Responsabilidade Civil Geral: tem por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência de operações da Empresa.

(c) Seguro Garantia: tem por objetivo garantir o cumprimento de uma obrigação contratual, seja ela de construir, fabricar, fornecer ou prestar serviços. Nas empresas do grupo tem por objetivo a garantia da conclusão das obras.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

26. Instrumentos financeiros e de gestão de risco

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, exceto empréstimos com partes relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, equivalem ao valor de mercado.

Durante estes períodos, a Empresa não realizou operações com instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	3	831	690	27.413	693
Contas a receber de clientes	4	48.167	1.168	64.912	1.182
Partes relacionadas	8	263.637	85.100	263.637	199.488
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	1.146.081	-
		312.635	86.958	1.502.043	201.363
Passivos					
Fornecedores	15	(80.869)	(4.816)	(85.838)	(6.820)
Partes relacionadas	8	(370.090)	(303.455)	(498.813)	(501.113)
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	(289.265)	-
		(450.959)	(308.271)	(873.916)	(507.933)

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

- Risco de crédito:

A Empresa pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de geração de energia junto a CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica). Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

- Risco com taxa de juros:

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Administração entende que o risco de taxa de juros não é relevante. Desta forma, dispensa a apresentação da análise de sensibilidade para este risco.

- Risco de mercado:

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

- Risco com taxa de câmbio:

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Empresa monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (derivativos).

- Riscos regulatórios:

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Empresa, assim como nas transmissoras SJT e SPT.

- Risco de interrupção do serviço:

Em caso de interrupção do serviço, as controladas SJT e SPT estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:

Caso as controladas SJT e SPT expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

- Fluxo de caixa efetivo - Quadro de exposição em moedas estrangeiras

No balanço de dezembro de 2017, o saldo de exposição cambial da Empresa em dólares norte-americanos foi de USD 10.807 (dez milhões, oitocentos e sete mil dólares), (USD 17 dezessete mil dólares em 2016).

	US\$ Mil			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo				
Partes relacionadas	-	-	33.598	35.098
Fornecedores	(10.807)	17	(10.807)	17
Exposição líquida	(10.807)	17	22.791	35.115

- Análise de sensibilidade

Conforme o CPC 40 (IFRS 7), a Empresa, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores da curva futura da oscilação da moeda, com base em projeções e informações de mercado. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação com variações entre 25% e 50% sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas expressadas conforme os cenários a seguir:

- Cenário de análise de sensibilidade:

	Controladora			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
50% Pior	4,96	(10.807)	3,31	(17.876)
25% Pior	4,14	(10.807)	3,31	(8.938)
Realista	3,99	(10.807)	3,31	(7.354)

	Consolidado			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
Realista	3,99	22.791	3,31	15.509
25% Pior	2,48	22.791	3,31	(18.848)
50% Pior	1,65	22.791	3,31	(37.696)

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma

27. Eventos subsequentes

a) Dividendos

Em 02 de janeiro de 2018, foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição R\$ 26.967 a título de dividendos intermediários, nos termos do artigo 16 do Estatuto da controlada SJT. O valor é composto por R\$ 25.404 relativo a lucros de períodos anteriores e R\$ 1.563 calculado sobre o resultado acumulado até setembro de 2017. O valor recebido pela Empresa Âmbor Energia Ltda. é calculado como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>30.09.2017</u>
Lucros acumulados	25.360	106.962
(-) Reserva Legal - 5%	(1.268)	(5.348)
Base para distribuição	24.092	101.614
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	6.023	25.404
(-) Dividendos distribuídos em 2017	(4.460)	-
Valor distribuído	1.563	25.404
Valor recebido conforme participação da Âmbor Energia – 2,08%	33	528

b) Reposição da aplicação reserva da transmissora SJT.

Em 02 de janeiro de 2018, após pleito de reconsideração, a Caixa Econômica Federal liberou o montante de R\$ 19.695 da Conta Reserva Especial e deste montante R\$ 4.812 foi utilizado para reposição da conta reserva que passa a ser superior a três prestações mensais do serviço de dívida, conforme cláusula contratual, mencionado na nota explicativa 14. A diferença entre os montantes citados foi utilizada para compor parte do pagamento de dividendos.

c) Aumento de capital na controlada SPT.

Em 11 de janeiro, através da ata de reunião do Conselho de Administração, foi deliberado o aumento do capital social da transmissora SPT no montante de R\$ 4.000 mediante a emissão de 4.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1, sendo que, deste montante, R\$ 79 foi integralizado pela Âmbor Energia Ltda. e R\$ 3.921 pelo Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia Milão.